

Democracia e Direitos Humanos

Na sessão de abertura desta conferência o Professor João Rosas estabeleceu uma distinção entre direitos humanos, no sentido de direitos morais e pré-políticos, e direitos políticos ou de cidadania, no sentido de democracia. Não acrescentarei mais ao que disse na ocasião sobre esses direitos, a não ser para dizer que, desde que foi criado há 25 anos, o NED sempre agiu com base no pressuposto de que existe uma relação muito próxima e mutuamente fortalecedora entre esses dois tipos de direitos.

Na sessão de abertura desta conferência o Professor João Rosas estabeleceu uma distinção entre direitos humanos, no sentido de direitos morais e pré-políticos, e direitos políticos ou de cidadania, no sentido de democracia. Não acrescentarei mais ao que disse na ocasião sobre esses direitos, a não ser para dizer que, desde que foi criado há 25 anos, o NED sempre agiu com base no pressuposto de que existe uma relação muito próxima e mutuamente fortalecedora entre esses dois tipos de direitos. Na nossa Declaração Fundadora de Princípios e Objectivos afirmamos que um dos nossos objectivos é o de auxiliar as organizações “cujo objectivo seja a protecção dos direitos humanos, a promoção da tolerância religiosa ou a defesa das vítimas de perseguição.” E depois acrescentamos: “Apesar da democracia e dos direitos humanos não serem objectivos idênticos, reforçam-se mutuamente: os grupos defensores dos direitos humanos protegem os activistas democráticos e alargam o espaço político a que eles têm acesso, enquanto a democracia é a melhor garantia do respeito pelos direitos humanos.”

Encontramos igualmente esta ligação orgânica entre os direitos humanos e a democracia na Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde as liberdades fundamentais de pensamento, consciência, religião, expressão, reunião e associação estão consagradas nos artigos 18 a 20 e são imediata e logicamente seguidas, no artigo 21, do princípio básico da democracia – “Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, directamente ou por intermédio de representantes

livremente escolhidos” e que “a vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou por processo equivalente que assegure a liberdade de voto.”

Acontece que a compatibilidade entre a democracia e os direitos humanos não foi sempre auto-evidente. Não é segredo que o nascimento do NED, há um quarto de século atrás, não foi bem recebido pelas principais organizações de direitos humanos dos Estados Unidos, por razões que se prendiam com as condições políticas daquela época – principalmente internas. Os grupos de defesa dos direitos humanos, que surgiram com a administração Carter, consideravam o NED como parte integrante da agenda da Guerra Fria da administração Reagan. Na sua perspectiva, os direitos humanos alicerçavam-se em normas universais, enquanto a democracia era não só uma ideia do mundo ocidental, como, simultaneamente, um instrumento ideológico na luta contra o comunismo.

Ao assumir esta posição “supra-política”, os grupos defensores dos direitos humanos não precisavam de enfrentar o facto de que também a administração Carter considerava a política de direitos humanos uma arma no confronto ideológico global da Guerra Fria. Nas suas memórias intituladas *Power and Principle* Zbigniew Brzezinski, o conselheiro de Carter para a segurança nacional, afirma que a intenção era “fortalecer o impacto ideológico da América no mundo”, e que ao “enfatizar aos direitos humanos” conseguíamos “imbuir de um maior optimismo a nossa visão do mundo”, tornando-nos novamente nos “portadores da esperança humana, da vaga do futuro” e, deste modo, ultrapassando o pessimismo contagiante associado às políticas de Nixon e de Kissinger.

Quanto aos grupos de defesa dos direitos humanos, não mereciam a confiança de muitos anti-comunistas associados com ou apoiantes da administração Reagan. Estes suspeitavam que a comunidade dos direitos humanos estava muito mais empenhada em atingir os então designados tiranos-amigos, como o Xá no Irão ou Somoza na Nicarágua, do que os ditadores comunistas. As paixões decorrentes destas divisões eram adicionalmente inflamadas pelos conflitos na América Latina, polarizando a política americana ao longo de toda a década de 80.

Os grupos de defesa dos direitos humanos, que surgiram com a administração Carter, consideravam o NED como parte integrante da agenda da Guerra Fria da administração Reagan.

Os activistas não americanos tinham dificuldade em compreender estas disputas. Recordo-me da reacção do dissidente egípcio Saad Eddin Ibrahim quando há duas décadas lhe expliquei estas divisões. Ficou atónito e achou-as incompreensíveis.

Para ser justo com os activistas liberais dos direitos humanos cépticos sobre a expansão internacional da democracia, devo reconhecer que as suas preocupações tinham algum fundamento. Era, por exemplo, legítima a preocupação de que os governos eleitos em países pós-ditatoriais pudessem envolver-se em violações sérias dos direitos humanos e fazê-lo com relativa impunidade precisamente porque eram eleitos. Mas os defensores da democracia também se preocupavam com a “democracia liberal”, sobretudo porque grande parte das transições da Terceira Vaga acabaram por estagnar ou descarrilar. Como é sabido, a expansão internacional da democracia preocupou-se tanto em fortalecer os principais limites ao poder executivo — criando um poder judicial independente, um parlamento forte, meios de comunicação livres e uma sociedade civil actuante — como em apoiar eleições livres e justas.

Também era legítima a preocupação com a possibilidade dos governos de transição não terem em conta as violações dos direitos humanos perpetradas no passado, visando assim evitar reacções da velha guarda que pudessem por em causa a própria transição. E, contudo, os democratas dos países pós-autoritários como o Chile e a África do Sul, bem como em alguns países pós-comunistas, tentaram encontrar um equilíbrio entre a transição e as exigências da justiça através de um processo acertadamente denominado “da verdade e reconciliação”, que significou uma importante área de cooperação entre os defensores dos direitos humanos e os governos de transição democrática.

Tudo isto soa a história da antiguidade desde que se fizeram tréguas entre as comunidades dos direitos humanos e da democracia com o advento da administração Clinton, que não só adoptou como alargou significativamente a expansão da democracia como dimensão da assistência externa norte-americana. A difusão de Institutos da Sociedade Aberta financiados pela Fundação Soros em muitos países pós-comunistas, bem como

em África e na Birmânia, bem como a nomeação do antigo director da *Human Rights Watch* como administrador do Instituto da Sociedade Aberta, foram sinais de que os liberais tinham aceiteado a agenda da expansão internacional da democracia.

Mas as velhas tensões voltaram ao de cima com o subsequente profundo desenvolvimento da agenda da democracia operado pelo presidente Bush como parte da guerra ao terrorismo pós-11 de Setembro. Por exemplo, alguns grupos defensores dos direitos humanos acusaram a administração de violar regras dos direitos do homem no Iraque, em Guantanamo, e com outros aspectos da sua política anti-terrorista, e que ao fazê-lo tinha enfraquecido a sua própria autoridade moral

para liderar uma campanha global pela democracia. Mas também encontramos críticas deste género dentro da comunidade da democracia — é o caso dos escritos de Tom Carothers —, que demonstram que não estamos perante uma nova divisão entre ambas as comunidades, mas antes um desacordo legítimo sobre o modo como os Estados Unidos devem enfrentar os novos desafios nesta época da *jihad* global.

Mais relevante é, porém, a tensão subjacente entre a comunidade de direitos humanos que vê o direito internacional e as instituições globais como as Nações Unidas e o Tribunal Penal Internacional como a melhor garantia dos direitos humanos, e os defensores da democracia que acreditam que os direitos humanos apenas se podem realizar e ser protegidos pelas instituições do Estado-nação não ameaçadas pela globalização e pelo fortalecimento das fundações de uma agenda de defesa dos direitos humanos realmente significativa. Esta é, contudo, uma desavença essencialmente abstracta que até ao momento não parece possuir o enervamento político das anteriores desavenças entre os campos dos direitos humanos e da democracia.

Todavia, o que não é abstracto são as sérias violações dos direitos humanos que se têm verificado em países autoritários e assolados pelo conflito que se mostram muito resistentes à democracia: é o caso da Bielorrússia, da Rússia, de partes da Ásia Central, do Zimbabué, do Congo, da Somália e do Sudão, da Venezuela e de Cuba, da Birmânia, da Coreia do Norte e da China, e na sua maioria do Médio Oriente, incluindo as fortes ditaduras da Síria e da Líbia e os países semi-autoritários como o Egipto e a Tunísia. Infelizmente a comunidade da democracia não tem, no essencial, conseguido ajudar os activis-





tas democráticos desses países que estão na linha da frente na guerra pela defesa dos direitos humanos e pela criação de oportunidades democráticas.

Várias razões explicam este falhanço, entre as quais que os profissionais da democracia têm dificuldade em actuar nos países onde o acesso lhes é dificultado ou negado — as sociedades fechadas ou conflituosas, os países semi-autoritários governados por ditadores não amistosos são, quase por definição, território fora do seu alcance.

Mas o problema não é só este. Desde o fim da Guerra Fria, a comunidade da expansão democrática desenvolveu-se exponencialmente tendo-se tornado altamente técnica, centralizada, burocrática e governamentalizada. Caso disso são os programas financiados pela Comissão Europeia e pela ONU, bem como por muitos governos. Programas esses que são essencialmente estabelecidos com vista a uma melhor governação nas democracias emergentes ou para assistência aos Estados em reconstrução pós-conflito, duas dimensões fundamentais da expansão da democracia. Acontece que os desafios

colocados pelo que podemos denominar por autocracias pré-democráticas são muito distintos — trata-se de locais apenas acessíveis através do apoio de grupos no exílio que servem de canal de comunicação com os dissidentes internos, ou através da internet, ou por meio de iniciativas criativas de ajuda e defesa dos actores indígenas que são ou parecem ser marginais e sem qualquer poder.

Se a comunidade democrática não é capaz de encontrar meios para se envolver com os democratas e os defensores dos direitos humanos que se encontram nessas situações, fica reduzida a poder apenas trabalhar em áreas muito restritas oferecidas pelos governos desses lugares, ou então deixa de estar envolvida e torna-se completamente irrelevante. Mas é possível fazer mais, e estou convencido de que devemos começar por, na agenda da expansão mundial da democracia, aumentar o apoio político e financeiro aos activistas indígenas da democracia e dos direitos humanos dos países mais difíceis. Isso implicará decisões complicadas como as de estar preparado para apoiar activistas independentes nos países autocráticos mais poderosos como a Rússia e a China, bem como o de desenvolver mecanismos institucionais não governamentais capazes de concretizar esse apoio. A realização de iniciativas deste tipo não só auxiliará como encorajará os já de si corajosos activistas que trabalham em ambientes hostis, remotos e ditatoriais. Também tornará mais próxima a ligação entre os esforços de apoio à democracia desenvolvidos pelas democracias já estabelecidas e o movimento global pelos direitos humanos, reavivando igualmente a sua dinâmica política e, mais importante, reforçando a sua capacidade para influenciar o futuro da democracia em todo o mundo. ●

Desde o fim da Guerra Fria, a comunidade da expansão democrática desenvolveu-se exponencialmente tendo-se tornado altamente técnica, centralizada, burocrática e governamentalizada.

Os direitos humanos como componente da política ocidental no cáucaso e na Ásia Central

Em Dezembro de 1991 a União Soviética deixou de existir. Em grande parte das suas antigas repúblicas do Cazaquistão, do Tajiquistão, da Quirguízia, do Turquemenistão, do Uzbequistão, do Azerbaijão, da Arménia e da Geórgia o poder ficou nas mãos dos funcionários dos partidos comunistas soviéticos locais ou dos generais do KGB. E mesmo quando se verificou uma luta pelo poder, esta aconteceu, com a excepção do Azerbaijão e da Geórgia, entre veteranos das anteriores elites soviéticas.

Alguns dos novos líderes, como Eduard Shevardnaze ou Geidar Alijev, recordaram-se repentinamente e depois de anos ao serviço de Moscovo das suas velhas pátrias. Os anteriores cidadãos soviéticos transformaram-se, de um dia para o outro, em cazaques, azeris ou quirguizes nos seus próprios países, mas também em minorias nacionais nos países vizinhos. Todavia, tudo isto aconteceu sem a sua participação activa, contra as suas expectativas reais e, por vezes, retirando-lhes estabilidade, emprego e benefícios sociais que apesar de poucos ainda existiam durante a União Soviética. Aqui e ali começaram a eclodir conflitos locais, étnicos ou fronteiriços. Mas, ao mesmo tempo, e ao contrário dos países da Europa central ocupados desde a Segunda Guerra Mundial, as nações da Ásia Central que tinham sido governadas pela URSS, com a pequena excepção do Azerbaijão e da Geórgia, não possuíam nenhuma tradição moderna de soberania e de independência estadual.

A própria existência dos novos governos baseava-se, naturalmente, nas estruturas administrativas soviéticas agora autónomas, que – tal com era da sua natureza servil – aceitaram facilmente a mudança. E porque não o haveriam de ter feito se, na grande maioria dos casos, os novos presidentes eram ex-primeiros secretários dos partidos comunistas que sabiam como

controlar a polícia local e as estruturas do KGB? A corrupção – que oficialmente não existia na época soviética – tornou-se comum em todos os lados. E, consequentemente, no geral os primeiros anos de independência trouxeram consigo caos, condições de vida deterioradas, desemprego e fornecimento insuficiente de electricidade, gasolina e outros produtos de consumo diário. As pessoas comuns começaram rapidamente a desejar estabilidade, e esta era lhes prometida pelos governantes pós-soviéticos com capacidade para o fazer. Não havia alternativa. E foi assim que nasceu o modelo Estado autoritário nas repúblicas pós-soviéticas do Cáucaso e da Ásia Central.

A maioria dos novos presidentes invocara o orgulho nacional dos seus povos para estabelecer o que era na verdade uma versão caricaturada e não necessariamente lógica das novas identidades nacionais. O presidente Nijazov do Turquemenistão não estava a ser idiota quando, em vez de invocar os existentes vestígios arqueológicos de organização estadual datada do tempo persa, deu preferência a uma versão moderna e erigiu uma estátua de ouro de si próprio, auto-proclamando-se *bashi* do Turquemenistão até ao fim da vida. Apesar do seu lado burlesco, não devemos subestimar esta tentativa evidente de impressionar em simultâneo o seu povo e o Ocidente com uma tradição local do Oriente. Grande parte da sociedade turquemenita, que não é propriamente analfabeta, aceitou facilmente a nova autoridade e os seus poderes desmedidos. De igual modo, a ideia de Nazerbajev de construir Astana, numa



clara imitação da edificação de Brasília há algumas décadas, parece-nos ridícula. E, contudo, muitos são aos cazaques que se orgulham da sua nova capital, só tendo pena que...os chineses construam palácios ainda maiores. Será que esta mistura de tradições estalinistas e orientais também levará obrigatoriamente à construção de mais prisões e novos *gulags*? Sou da opinião que a resposta a esta questão não é evidente e que as nossas críticas irónicas não contribuem para o diálogo intercultural — e que este não é apenas uma ideia na moda, mas uma necessidade bem real.

Para ter uma perspectiva alargada do que se passa no Cáucaso e na Ásia Central, também é preciso compreender que para além da inexistência de uma tradição de independência estatal e do peso de setenta anos de comunismo, ainda existem os clãs tradicionais e os laços familiares — que são frequentemente mais fortes que os hábitos soviéticos. Com frequência, são eles que determinam o comportamento no espaço público, incluindo o próprio modelo de estrutura estadual, um pouco como acontece no Líbano. O Cazaquistão é um bom exemplo disso: o sistema oligárquico e corrupto que à primeira vista pode parecer o resultado de uma transição pós-soviética atribulada é, na verdade, o resultado de uma procura de um equilíbrio de poder com raízes no passado bem profundo. Este sistema de exercício do poder, que é simultaneamente autoritário e desrespeitador dos padrões da democracia ocidentais, leva a que uma grande parte dos direitos humanos consagrados fique — na melhor das hipóteses — no papel.

Os primeiros anos desta nova história foram conturbados. No Tajiquistão, cinco anos de guerra civil terminaram em 1997, com a assinatura de um compromisso frágil. Nem os governantes nem a oposição o quiseram moderar com vista ao estabelecimento de um verdadeiro sistema multipartidário. Na Quirguízia, a Revolução da Túlipa de 2005 limitou significativamente o poder do presidente Bakiyev. Este conseguiu manter-se no poder depois de um referendo e de eleições — ambas postas em causa pelos observadores ocidentais. De tal modo a experiência de Bakiyev assustou os seus vizinhos que, em 2006, o presidente Karimov do Uzbequistão não hesitou em ordenar o tiroteio indeterminado para proteger os edifícios governamentais das populações revoltadas na cidade provincial de Andijon. O mesmo Karimov mandou deter sem piedade os seus opositores políticos, sendo bom lembrar que o seu rival principal era um veterano do KGB

local. Ao sentir-se ameaçado pelo único poder que não estava relacionado com a ocupação soviética — o Movimento Islâmico do Uzbequistão, fundamentalista, Karimov resolveu arriscar e, com apoio dos americanos que combatiam os talibans e a Al-Qaeda, fê-lo desaparecer em nome da guerra global ao terrorismo. Muito observadores internacionais não se aperceberam que este combate foi acompanhado da prisão de muçulmanos uzbeques que rezavam em mesquitas não autorizadas pelo Estado.

Ao usar o exemplo do Uzbequistão recorde-me da minha experiência pessoal, de me sentir completamente impotente face ao tiroteio ordenado em 1970 pelo governo ditatorial às manifestações de rua nas cidades polacas de Gdansk e Szczecin (e não foi um caso isolado), que me levaram a reagir e a

opor-me activamente uns anos mais tarde ao poder comunista totalitário. Recorde-me igualmente do silêncio do Ocidente à época, e de como me senti esquecido e desamparado. Faço referência a esta experiência com o intuito de fornecer uma contextualização clara da minha opinião, por vezes muito pragmática, sobre a violação dos direitos humanos e da resposta que lhe demos no Uzbequistão, no Turquemenistão e no Cazaquistão e em outros países da região. Tenho sempre em mente que os líderes destes países não são bons rapazes.

Não obstante tudo isto, gostava de fazer referência às palavras duras mas igualmente verdadeiras de Jeanne Kirkpatrick e que punham em causa o presidente Carter. Carter tinha causado grande impacto ao convidar para a Casa Branca Sakarov e Bukowski para anunciar uma guerra global aos direitos humanos, ao mesmo tempo que em muitos dos seus discursos e das suas políticas reconhecia aos comunistas o direito a terem “a sua própria interpretação dos direitos humanos”. Incoerência

que não teve bons resultados. É sempre melhor evitar declarações ocas sobre os direitos humanos que de qualquer modo são sempre irrealizáveis e antes apoiar a construção de instituições governamentais, de sistemas jurídicos e de usar todos os meios possíveis para obrigar as autoridades a deixarem que as ONG monitorizem o que se passa nesses países onde queremos expandir os padrões universalmente reconhecidos. Permitam-me que me refira mais uma vez à minha própria experiência. Para um homem detido e enviado para a cadeia por causa das suas opiniões políticas, não há pior sensação do que a de estar consciente do seu isolamento, de estar esque-



cido e de ser praticamente inexistente para o mundo exterior. É por estas razões que, independentemente do recurso a outros meios e estratégias políticas, devemos apoiar as emissões radiofônicas e televisivas externas aos territórios dos países autoritários, capazes de informar o público sobre o destino dos membros perseguidos da oposição, das suas ideias, planos e dos seus sucessos. É uma pena que as estações de rádio americanas, que desempenharam um papel tão grande e importante na preparação do terreno para o colapso do comunismo, tenham todos os anos de lutar com Washington para manter a emissão dos seus programas na Ásia Central.

Atrevo-me a dizer que apesar de na teoria os direitos humanos serem inseparáveis, na realidade eles são diferenciáveis. Estou, portanto, convencido, que foi preferível Nazarbajev ter autorizado o seu genro, que já não estava nas suas boas graças, a fugir primeiro para Viena e depois ser condenado, do que a tê-lo feito desaparecer imediatamente no Cazaquistão. Devemos regozijarmo-nos com o facto dos assassinios políticos estarem a decrescer nestes países, de que seguindo o exemplo do Uzbequistão talvez todos os outros países extingam também a pena de morte e diminuam o número de prisioneiros políticos (de acordo com a *Human Rights Watch* já só restam doze prisioneiros políticos naquele país, mas e o que dizer de todos aqueles muçulmanos que são perseguidos por rezar à sexta-feira..., etc.)

Ao aceitarmos que os direitos humanos são diferenciáveis, encontramos em primeiro lugar o direito à vida, à liberdade e à dignidade. E no seguimento das políticas subtis de apoio à sustentabilidade de governos aos quais queremos comprar petróleo, gás ou direito a usar as suas bases militares, devemos saber exactamente onde ficam as linhas de demarcação. No meu entender, desaparece todo o potencial para conversação quando as pessoas são assassinadas, as mulheres violadas e os governos afirmam que nada de mau aconteceu. É por esta razão que as intervenções nos Balcãs eram necessárias e por que devemos monitorizar mais de perto certas áreas do continente africano. Foram estas razões que nos levaram na Polónia a exigir ao presidente Sakasvili que pusesse fim ao ciclo de violência em Tbilisi. Temíamos que começasse um derrame de sangue e que as oportunidades de cooperação se extinguissem. Contudo, apesar de para nós as questões como a liberdade para criar partidos políticos, a realização de eleições livres, a liberdade de expressão e muitas outras serem importantes, elas serão sempre o resultado de muitos anos de esforços, nossos e das sociedades envolvidas, e nunca o resultado de declarações impactantes e de promessas ocas.

Apesar de ainda não pode ser considerado um bom rapaz, a verdade é que Nazarbajev financia todos os anos bolsas que permitem a três mil cazaques estudarem na Europa e nos EUA, ao mesmo tempo que começa progressivamente a cumprir as exigências feitas ao Cazaquistão tendo em vista a presidência cazaque da OSCE em 2010. Ele é o típico exemplo de um autocrata que quer simultaneamente ser aceite pelo Ocidente e não perder o poder interno. Algumas dezenas de primeiros-ministros, ministros e presidentes de grandes empresas visitaram no passado fim-de-semana a Arábia Saudita a convite do rei Abdula, para escutar o que ele tinha a dizer sobre os preços do petróleo. Alguém referiu nessa ocasião a necessidade de se realizarem eleições livres? Não. Está errado? Não necessa-

Ao aceitarmos que os direitos humanos são diferenciáveis, encontramos em primeiro lugar o direito à vida, à liberdade e à dignidade.

riamente. Valerá a pena contribuir para o reconhecimento dos recentes esforços de Abdula no sentido de diminuir as tensões entre sunitas e xiitas? Será que deste modo ele contribuiu para a redução do número de mortes inconsequentes? E será que Nazarbajev, que pareceu mofar e olhar com sobranceira para o presidente polaco quando este lhe falou das próximas eleições de 2010 na Polónia, vai conseguir tornar Astana num lugar mais sério? Talvez os cazaques consigam encontrar o equilíbrio porque tanto anseiam como fornecedores de petróleo da Rússia, da China, dos EUA e até da Europa, e que isso, espero eu, também contribua para um maior respeito pelo direito à vida, à liberdade e à dignidade naquele país. Sabendo como é lento o processo de criação de instituições, talvez não seja má ideia apoiar determinados personagens. Reconheço que esta é uma estratégia arriscada, mas concordo com os cazaques quando estes afirmam que o Cazaquistão de Nazarbajev podia ser um lugar muito pior para se viver.

Quero, mais uma vez, fazer referência a Jeanne Kirkpatrick, que estabeleceu a diferença entre ideias e instituições, entre direitos e objectivos, entre intenções e consequências e entre as considerações morais e a política. Se fosse americano tinha, tanto na ida década de 80 e como actualmente, concordado inteiramente com ela. E é isto que falta na política ocidental na Ásia Central e no Cáucaso.

Nós, os ocidentais, queremos o gás da Ásia Central e ajudar no esforço de guerra presente e futuro no Afeganistão. Mas, mais tarde ou mais cedo, os recursos naturais dessa região esgotar-se-ão e a guerra será vencida. Nessa altura espero que apenas restem uma mão cheia de países significativamente diferentes dos vizinhos regimes autoritários. De entre esses, talvez venhamos a reconhecer alguns como países europeus, enquanto com os outros colaboraremos livres de qualquer sentimento de culpa.

Se formos capazes de converter definitivamente os sessenta milhões de pessoas, incluindo os cinquenta milhões de islâmicos, que habitam no coração da Ásia aos valores ocidentais, estaremos perante um feito muito maior do que garantir os fornecimentos de gás e petróleo. Mas, para que isso aconteça, temos de estar constantemente a certificarmo-nos de que o acordo que lhes dá o nosso dinheiro em troca de gás e petróleo, só faz sentido para nós se envolver o estabelecimento de instituições estatais, sistemas jurídicos, instituições educativas, sistemas eleitorais e economias de mercado, onde, no nosso interesse mútuo, seja possível melhorar a garantia da dignidade humana naquela região. A política externa deve alicerçar-se na prática, em projectos sujeitos a avaliação e numa grande dose de paciência em vez de na ideologia volátil dos direitos humanos. Esta deve ser a política ocidental para com as autocracias longínquas mas tão atraentes da Ásia Central. ●